

RELATÓRIO SOBRE AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM PORTUGAL

Maria José Moura (coord.)
Gabriela Lopes da Silva
Fernanda Eunice Figueiredo
Eloy Rodrigues Rui Casteleiro

Março 1996

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Tendo em conta o reduzido prazo concedido ao Grupo de Trabalho nomeado pelo Despacho nº 55/95, de 12 de Dezembro (Anexo 2), do Senhor Ministro da Cultura, para realizar o estudo que agora se apresenta, optou-se por apontar linhas estratégicas para o desenvolvimento das Bibliotecas Públicas no nosso país.

Procedeu-se a uma breve avaliação do Projecto da Rede de Leitura Pública a fim de retirar lições da experiência adquirida e solicitaram-se contributos de Bibliotecários, Autarquias, Associações e de outros especialistas, de alguma maneira ligados ao referido Projecto, que se incorporaram sempre que possível neste trabalho e que aqui se agradecem.

Face ao contexto nacional e internacional de evolução para a sociedade da informação, decidiu-se privilegiar os aspectos relacionados com as tecnologias da informação e comunicação, por se considerar que outro tipo de questões, igualmente importantes, foram frequentemente abordadas em trabalhos anteriores pelos profissionais do sector.

Crê-se que as propostas agora apresentadas poderão contribuir para a concretização dos objectivos das Bibliotecas Públicas de reforço da cidadania, da democratização da cultura e da coesão social.

ÍNDICE	pág.
1. INTRODUÇÃO	4
2. CONTEXTO	5
2.1. As Bibliotecas na União Europeia	6
2.2. As Bibliotecas Municipais	7
2.2.1. Colecções	9
2.2.2. Utilização dos serviços	9
2.2.3. Pessoal	10
2.3. As Bibliotecas Gulbenkian e outras Bibliotecas Públicas	10
2.4. As Bibliotecas Escolares	11
2.5. As Bibliotecas Universitárias	11
3. A BIBLIOTECA PÚBLICA EM PORTUGAL NO ANO 2000	12
3.1. Educação	12
3.2. Telecomunicações	13
3.3. Aspectos estruturais/administrativos	13
3.4. Descentralização	14
3.5. Informatização dos serviços autárquicos	14
3.6. Aspectos sociológicos	17
3.7. Os serviços da Biblioteca Pública	18
4. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REDE DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS	19
5. O INSTITUTO PORTUGUÊS DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS	22
5.1. Atribuições	22
5.2. Recomendações finais	24
BIBLIOGRAFIA	
ANEXO 1 – Despacho nº 55/95 do Ministério da Cultura	
ANEXO 2 – Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas	
ANEXO 3 – Processos de Candidatura das Câmaras do Continente (Quadro resumo)	

1. INTRODUÇÃO

Segundo a **UNESCO**, no **Manifesto sobre Bibliotecas Públicas**, de 1994, elas são “o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros”. No mesmo Manifesto explicita-se quais são as “missões-chave da biblioteca pública relacionadas com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura”. (Anexo 2)

A definição de programas de acção e de medidas concretas para o desenvolvimento das Bibliotecas Públicas em Portugal, de acordo com esses grandes princípios orientadores - proclamados pela mais prestigiada organização internacional, dirigindo-se aos decisores políticos de todo o mundo - não pode ser feita sem uma análise das grandes tendências nos domínios da informação e das novas tecnologias, e das suas possíveis repercussões.

A emergência da *sociedade da informação* terá um profundo impacto no futuro das bibliotecas. Não são ainda claros muitos dos seus contornos, mas, para além da afirmação do papel central que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) irão desempenhar, podem detectar-se algumas grandes linhas que irão marcar a evolução a curto e médio prazo.

Em primeiro lugar, a tendência para a digitalização da informação e para a informação multimédia. A crescente produção de novos materiais em formatos digitais, e mesmo a digitalização de documentos já existentes noutros suportes, como o papel, que integram diversos tipos de conteúdos (texto, imagens fixas e animadas, som, etc.), bem como o recurso alargado a ligações hiper textuais e a técnicas de interactividade, irão alterar profundamente o tipo de informação e de documentos que estarão disponíveis nos próximos anos.

Como consequência, estão já a registar-se algumas mudanças nas “*indústrias da informação*”. A fusão, a confluência ou, no mínimo, o esbatimento de fronteiras entre diversos produtores e/ou distribuidores de informação (informação/comunicação social e entretenimento, telecomunicações e informática, editores “tradicionais”, etc.) resultarão em alterações das funções, estratégias e protagonistas destas indústrias.

Uma outra grande tendência é o aumento da utilização de facilidades de rede -cujo exemplo mais eloquente tem sido o crescimento da *Internet* -para o acesso/distribuição de produtos e serviços de informação. A rápida evolução nos domínios das TIC — proporcionando aos utilizadores cada vez mais e maiores capacidades a menores custos — o aumento da capacidade das redes (largura de banda e técnicas de compressão), para além das desvantagens económicas e até ambientais associadas às anteriores formas de distribuição em suporte papel, permitem supor que a distribuição através de redes ocupará um lugar muito importante, porventura mesmo dominante, num futuro próximo.

Como resultado do recurso sistemático à edição electrónica, aos suportes digitais e à distribuição através de rede, é previsível o aparecimento de novos tipos de documentos e de novos produtos/serviços de informação. Esses novos produtos/serviços assentarão numa filosofia “*just in time*”, e não na produção em massa, e poderão ser fornecidos “a pedido” (por exemplo, a criação em linha, automática ou semi-automática, de documentos personalizados a partir de recolhas em várias fontes de informação).

Por outro lado, a possibilidade de aceder directamente à informação em formatos que permitem o seu tratamento, edição e utilização imediata para a criação de novos documentos e a redução das barreiras de tempo e espaço no acesso à informação (os serviços estarão disponíveis 24 horas por dia e poderão ser utilizados independentemente da sua localização) aumentarão o poder e a liberdade de escolha dos utilizadores.

Finalmente, importa referir a grande incerteza ainda existente quanto à evolução nos domínios dos direitos de autor e da propriedade intelectual. Os novos problemas colocados pela digitalização e o acesso em rede introduzem maior complexidade na defesa simultânea da propriedade intelectual e do direito à informação, que deve caracterizar a actividade das bibliotecas públicas.

Face a tudo isto, qual será o papel da biblioteca pública no futuro? As missões tradicionais de promoção da leitura e do acesso à informação, alargada às suas novas formas e suportes, continuarão a ser fundamentais no novo ambiente. Para as desempenhar cabalmente, como se afirma no Manifesto da UNESCO, as suas *“coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados, assim como fundos tradicionais”*.

2. CONTEXTO

Em Portugal, onde na esmagadora maioria dos lares, e até em muitas escolas, escasseiam os livros e o computador ainda não é uma ferramenta facilmente acessível, as Bibliotecas Públicas (BP) podem e devem ser a porta aberta para o novo mundo da informação digital e multimédia, o ponto de acesso ao *ciberespaço* para aqueles que, por razões sócio-económicas e/ou culturais, não têm, à partida, meios para ser *cibernautas*.

Ao mesmo tempo, o apoio à aprendizagem não formal e à auto-formação terá nelas também uma importância acrescida. Tendo em conta que o nível de conhecimentos e competências dos potenciais utilizadores das BP na manipulação de ferramentas informáticas e de técnicas de pesquisa é muito diversificado, mas tendencialmente mais baixo que em outro tipo de bibliotecas, as BP em Portugal deverão não apenas promover a “leitura” (acesso às novas formas e suportes de informação), mas também fomentar a “alfabetização” (domínio das técnicas e ferramentas necessárias para o acesso e manipulação dessa informação).

A concretização destes objectivos exigirá, da parte das bibliotecas portuguesas, o preenchimento de alguns requisitos básicos, ainda não completamente assegurados, dois dos quais queremos aqui destacar desde já.

Em primeiro lugar, a necessidade das TIC serem integradas no funcionamento e na cultura organizacional das bibliotecas públicas. Isto implica definir como prioridades a aceleração e conclusão do seu processo de informatização, dotando-as de sistemas de gestão integrada e de equipamentos e ferramentas informáticas actualizadas, e um grande esforço de formação dos seus Técnicos, capacitando-os plenamente para utilizar os novos recursos e desempenhar os novos papéis que resultam da perda de importância dos intermediários na cadeia de valor acrescentado da informação, promovido pela sua digitalização.

Em segundo lugar, a necessidade de fomentar e reforçar muito significativamente a quase inexistente cooperação e partilha de recursos entre as bibliotecas. O funcionamento em regime de autarcia, a manifesta dificuldade de trabalhar em conjunto, indiciam a inexistência de uma verdadeira rede de bibliotecas públicas portuguesas, que constatámos no decorrer do nosso estudo, constitui um aspecto negativo da situação actual que poderá limitar os desenvolvimentos futuros e a inserção num mundo caracterizado pela integração e/ou ligação de serviços e fontes de informação.

Porém, para definir um renovado programa de acção para as Bibliotecas Públicas em Portugal é necessário conhecer melhor o contexto em que estão inseridas e as implicações que daí advêm.

2.1 As Bibliotecas na União Europeia

O panorama é muito variável de país para país e dentro de cada um o espectro não é uniforme. A Comissão Europeia financiou alguns estudos para diagnosticar a situação e servirem de base à definição das acções a desenvolver.

No âmbito do Programa *Telemática de Interesse Comum* do 3º Programa-Quadro, foi lançado em 1990 o Programa *Bibliotecas* que terminou em Dezembro de 1993. Em 1994 arrancou o Programa "*Telemática para as Bibliotecas*" no âmbito do Programa *Aplicações Telemáticas de Interesse Comum* do 4º Programa-Quadro, que decorrerá até finais de 1998.

Uma análise dos resultados desta acção comunitária, na perspectiva portuguesa, permite evidenciar que a participação começou por ser em muitos casos reduzida, quer em termos de bibliotecas quer de empresas. A presença das PME europeias foi efectiva e, na sua maioria, responsável pela componente técnica e muitas vezes de gestão do projecto, mas no nosso país, devido aos problemas estruturais já apontados, foi pequena a participação das bibliotecas, e no que respeita às bibliotecas públicas, frequentemente serviram apenas de local de teste.

A evolução tecnológica observada nos últimos anos e sobretudo a expansão da *Internet* a todo o mundo, começaram a modificar os hábitos das pessoas e prevê-se que essa alteração seja muito mais profunda à medida que as *auto-estradas da informação* se generalizem. A nível das instâncias europeias, e com algum eco entre nós, vários têm sido os documentos produzidos sobre a passagem à *sociedade da informação* e sobre as transformações que ela implica. Para a preparar, foram lançados programas com forte incidência na utilização de produtos e serviços multimédia.

Neste contexto, reconhecidamente, as BP viram as suas responsabilidades aumentadas e diversificadas as correspondentes funções.

A fim de promover de forma integrada uma evolução a nível europeu, a CE, no Programa *Telemática para Bibliotecas*, lançou a acção concertada *PUBLICA* (Public Libraries Concerted Action). Na descrição do projecto pode ler-se: "*As bibliotecas públicas são já fontes de informação essenciais para as respectivas comunidades, garantindo a democraticidade de oportunidades e criando coesão social. PUBLICA tornará possível o desenvolvimento de novos serviços que satisfaçam as necessidades dos cidadãos na sociedade da informação, assegurando simultaneamente a integração destes novos serviços com os serviços tradicionais das bibliotecas públicas*".

Note-se que os aqui chamados "serviços tradicionais" são muito mais vastos do que aqueles que a maioria das bibliotecas integradas no PRLP prestam actualmente. Com efeito, eles abrangem a informação ao cidadão relativamente às actividades da comunidade, informação de carácter social (serviços de apoio aos idosos, deficientes, etc.), informação económica (bolsa de emprego, dados sobre o comércio e a indústria locais, etc.), informação sobre formação (escolas, cursos de formação profissional), informação cultural (espectáculos, exposições, festas, etc.). Em vários países as bibliotecas públicas têm núcleos ou serviços que apoiam os centros de terceira idade, os hospitais, as prisões, etc. Noutros, estas funções são assumidas por diferentes entidades e, mais raramente, pelos próprios estabelecimentos.

2.2. As Bibliotecas Municipais

A acção desenvolvida no âmbito do Projecto da Rede de Leitura Pública (PRLP) até à presente data, tem visado dotar os Municípios de uma biblioteca com um mínimo de condições para servir a população do respectivo concelho, através da prestação de serviços considerados tradicionais, embora enriquecidos pelo recurso a documentos em suportes diversificados e a produtos baseados nas novas tecnologias da informação.

Assim, os serviços prestados têm sido:

- Consulta local de obras;
- Empréstimo domiciliário;
- Visionamento/empréstimo de vídeos;
- Audição/empréstimo de CDs áudio;
- Actividades de animação, destacando-se a "hora do conto" para as crianças.

Em alguns casos:

- Consulta de CD-ROM ou CD-I.

No Seixal, por iniciativa própria:

- Acesso a computador para uso pessoal.

Para além destes serviços, as Bibliotecas Municipais (BM) promovem ou acolhem reuniões, encontros, seminários, etc., sobre temas relacionados com a sua própria actividade e com as de muitas outras entidades.

A visita efectuada a uma amostra das bibliotecas criadas ao abrigo do PRLP abrangeu os seguintes concelhos:

- Aveiro
- Oliveira de Frades
- Gouveia
- Abrantes
- Almeirim
- Seixal

Do que nos foi dado observar parece-nos importante salientar os seguintes aspectos:

- a Biblioteca Pública tem já, entre nós, um impacto social que é revelador da lacuna cultural que representa a sua ausência;
- o Bibliotecário é um elemento chave no papel desempenhado pela biblioteca;
- nem todas as Câmaras Municipais revelam a mesma sensibilidade para compreender a acção da biblioteca;
- os custos da biblioteca não são vistos como investimento mas, quase sempre, apenas como despesas que devem ser reduzidas ao mínimo;
- o recurso à informática para gerir a biblioteca ainda é limitado, e é raríssimo o acesso a ligações a redes de informação.

Das conversas com os Bibliotecários ressaltou a necessidade de um maior apoio do Programa para dar efectivo cumprimento aos objectivos do mesmo e reforçar as suas solicitações individuais junto da administração camarária, no que se refere à obtenção de livros, pessoal, formação, equipamento, etc.

Tendo em conta que quase todas as Câmaras Municipais (CM) já se candidataram a contratos programa no âmbito do Projecto, é de crer que as Autarquias estão verdadeiramente interessadas em “construir” esse tipo de equipamento, mas que não têm perfeita consciência do que é uma biblioteca moderna, avaliando mal os benefícios que ela pode trazer para a comunidade e, conseqüentemente, fugindo aos custos inerentes ao seu normal funcionamento e ao eficaz desempenho das suas funções.

A situação das BM no que respeita a candidaturas apresentadas, contratos programa assinados, número de habitantes do concelho respectivo e tipo de biblioteca nele estabelecido, pode avaliar-se através do quadro resumo constante do Anexo 3. Dele podemos concluir que das 275 CM do continente, 124 (45%) foram apoiadas e 20 (7%) nunca se candidataram ao PRLP. Das 150 Câmaras que não estão apoiadas, prevê-se que 106 terão pequenas bibliotecas (BM1) para servirem concelhos com menos de 20 000 habitantes, 32 terão bibliotecas médias (BM2) para servirem concelhos com 20 000 a 50 000 habitantes e 8 terão grandes bibliotecas (BM3) para concelhos com mais de 50 000 habitantes. Prevêem-se ainda 5 Bibliopolis, correspondendo às BP situadas nas cidades de Braga, Coimbra, Évora, Lisboa e Porto que se distinguem não só pelo grande número de habitantes, mas também pelas suas características — dado que neles se inclui uma elevada percentagem de estudantes universitários — e pela existência de outras importantes bibliotecas, nomeadamente as universitárias. Destas, Braga foi alvo de um protocolo para instalação de um novo pólo complementar da actual Biblioteca Pública.

Por outro lado, de acordo com os números obtidos da execução do PRLP, verifica-se que o montante que representa o apoio financeiro a uma BM1 é sensivelmente metade do de uma BM2 e um terço de uma BM3.

2.2.1. Colecções

As colecções das BM integram documentos diversificados: monografias, publicações periódicas e documentos áudio e vídeo. Actualmente, começam a adquirir também documentos em suporte digital.

Neste domínio, e considerando os dados estatísticos disponíveis que são referentes ao ano de 1994, o conjunto das bibliotecas possui apenas entre 50% a 60% do total dos fundos documentais previsto nos programas-tipo (BM1, BM2, BM3).

Esta situação revela grandes dificuldades das CM no cumprimento do estipulado nos contratos para a componente *fundos documentais*, facto que tem provocado reflexos negativos ao nível do impacto e da eficaz utilização dos serviços.

O problema tem-se verificado não só na constituição do fundo inicial das bibliotecas, mas igualmente nas actualizações. A situação merece tanto maior atenção quanto o fundo inicial, estabelecido nos programas-tipo, fica já aquém das normas estabelecidas pela IFLA, que apontam para a existência do correspondente a dois livros por habitante.

Afigura-se assim necessária uma decidida intervenção neste domínio, no sentido de corrigir o incumprimento, por parte das CM, do que foi previsto nos contratos-programa, e assegurar a regular e indispensável actualização do fundo inicial.

2.2.2. Utilização dos serviços

Todas as BM asseguram um serviço de empréstimo e consulta local.

Relativamente ao empréstimo, este abarca maioritariamente as monografias, embora algumas bibliotecas também façam empréstimo de documentos áudio e vídeo. O empréstimo e consulta deste tipo de documentos nas bibliotecas públicas ao longo destes anos tem sofrido grandes constrangimentos, resultantes do facto da legislação em vigor não enquadrar nestes casos a sua disponibilização e livre utilização.

Urge pois tomar medidas no sentido de encontrar um enquadramento legal que permita ao sector áudio e vídeo das bibliotecas cumprir os seus objectivos programáticos, permitindo ao utilizador aceder e utilizar criticamente documentos que assumem cada vez mais relevância nos nossos dias.

Analisando os dados estatísticos de 1994, verifica-se que as BM têm sido mais procuradas para efeito de consulta local de documentos, do que para empréstimo domiciliário. Tal facto fica a dever-se a vários factores: por um lado, à inexistência de bibliotecas escolares, o que leva muitos jovens a procurar as bibliotecas públicas para satisfazerem as necessidades informativas inerentes ao trabalho escolar; por outro lado, o facto de a biblioteca municipal ser, em muitas localidades, o único espaço cultural e de convívio ao dispor de adultos e jovens que o utilizam em grande número. Porém, a inexistência ao longo de muitos anos de bibliotecas actualizadas, e de qualquer política no domínio da leitura, levou a que não se criassem novos públicos para o livro e para a utilização das bibliotecas, o que hoje se reflecte nos baixos índices de leitura, e, nomeadamente, na ausência de prática do empréstimo domiciliário de livros, ao contrário do que é vulgar noutros países.

2.2.3. Pessoal

Relativamente aos quadros de pessoal das BM verifica-se que o quadro mínimo estabelecido no programa, e que é manifestamente insuficiente, está na maioria dos casos preenchido. No entanto, as carências neste domínio são muito grandes se considerarmos que a biblioteca deverá não só privilegiar o atendimento do público, como também assegurar as tarefas técnicas inerentes ao próprio funcionamento, conceber e disponibilizar novos serviços, organizar e desenvolver programas de animação e de promoção das colecções, e comprometer-se na cooperação com as mais diversas entidades locais.

Uma actuação mais exigente, que garanta não só a prestação dos serviços tradicionais, mas simultaneamente outros de carácter inovador, resultantes da utilização das TIC, não é compatível com os recursos humanos actualmente disponíveis na maioria das BM. Torna-se assim prioritário definir novos quadros de pessoal mais adequados à real intervenção da Biblioteca Pública, sensibilizando-se as Autarquias para o necessário investimento em recursos humanos qualificados e na sua regular actualização profissional.

Se considerarmos as normas da IFLA, os quadros de pessoal deverão evoluir no sentido de 33% do total ser ocupado por bibliotecários, ou 40% no caso de um sistema com vários pólos. Quanto ao outro pessoal, como técnicos-adjuntos, administrativos, etc., deverá corresponder a um por cada 2 000 habitantes.

2.3. As Bibliotecas Gulbenkian e outras Bibliotecas Públicas

O Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas da Fundação Calouste Gulbenkian, criado em 1958 prestou um serviço inestimável ao país, tendo sido, no domínio da leitura durante cerca de três décadas, o único apoio às populações, não só do continente mas incluindo os Açores e a Madeira. Destinando-se essencialmente ao empréstimo domiciliário, as instalações de que dispõem estas unidades são quase sempre de reduzida dimensão.

As grandes modificações registadas no Poder Local e, a partir de 1986, o empenhamento do Governo, coincidiram com alterações na política cultural da Fundação que, pretendendo diminuir as despesas fixas, passou a estabelecer novo tipo de acordos com as Autarquias -as quais já antes também faziam face ao pagamento de pessoal, de instalações, etc. -no sentido de para elas transferirem, sobretudo no caso das bibliotecas da RLP, os fundos bibliográficos assim como as respectivas carrinhas.

Para além das bibliotecas Gulbenkian, legalmente existem ainda as seguintes bibliotecas, tuteladas por enquanto pelo Ministério da Cultura, mas em fase de reformulação:

- Biblioteca Popular de Lisboa
- Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora
- Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria
- Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real
- Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança
- e ainda a Biblioteca Pública de Braga, tutelada desde 1975 pela Universidade do Minho.

2.4. As Bibliotecas Escolares

Neste sector, desde há muito se diagnosticou que a situação é de grande carência: os fundos documentais são reduzidos, o espaço é limitadíssimo e o pessoal que lhe presta apoio irregular não tem, na quase totalidade dos casos, a formação técnica e específica indispensável.

Face a esta situação, são desajustadas e excessivas as expectativas relativamente às BM por parte de professores e alunos.

A experiência registada pelas bibliotecas da RLP confirma que estas não podem nem devem substituir as da inexistente rede escolar, porque os respectivos objectivos são diferentes. A colaboração que institucionalizadamente lhes venham a prestar pressupõe a indispensável afectação de recursos humanos e financeiros suplementares por parte do Ministério da Educação e/ou das Autarquias, em cujas Bibliotecas Municipais se pretenda instituir, com esse objectivo, um serviço de apoio específico.

No entanto, dados concretos sobre estas bibliotecas irão certamente ser fornecidos pela Comissão nomeada para estudar a situação respectiva e sugerir linhas de acção a desenvolver.

2.5. As Bibliotecas Universitárias

Após um período de declínio acentuado por restrições orçamentais e carência de pessoal qualificado, tem vindo a evidenciar-se desde há alguns anos um esforço dos Bibliotecários para conseguir que as Bibliotecas Universitárias (BU) ocupem o lugar que lhes compete como infraestrutura do ensino e da investigação nas Universidades. Recentemente o corpo docente e os órgãos dirigentes têm vindo progressivamente a interessar-se por esta causa e é já visível algum investimento em equipamento e instalações, estas financiadas pelo PRODEP.

Na sua maioria, as BU não dispõem de pessoal qualificado em número suficiente para poderem prestar o tipo de serviços que disponibilizam as suas congéneres da União Europeia.

O grau de utilização das novas tecnologias é variável. Se quase todas dispõem actualmente de PC e estão munidas de leitores de CD-ROM, poucas têm um sistema de gestão integrada de bibliotecas. A ligação à rede universitária RCCN é rara, tal como a ligação a serviços de informação em linha estrangeiros, ou à *Internet*.

Relativamente à cooperação BU/BM, não restam dúvidas de que pode ser benéfica se desenvolvida no sentido de se complementarem na prestação de serviços à comunidade em que se inserem. Contudo, as necessidades dos indivíduos, na sua qualidade de estudantes universitários, deverão ser satisfeitas pelas BU. É no âmbito da relação Universidade/Comunidade que a partilha de responsabilidades ganha com a conjugação de esforços das BU e BM, no respeito das prioridades que presidiram à sua criação. Prevê-se, no entanto, que a situação das BU vá sofrer uma evolução acelerada.

3. A BIBLIOTECA PÚBLICA EM PORTUGAL NO ANO 2000

Para caracterizar o papel das Bibliotecas Públicas no nosso país é necessário considerar aspectos específicos do meio em que se inserem.

3.1. Educação

Já foi referida a carência de bibliotecas escolares mas este não é o único aspecto relacionado com a educação que pode influenciar a actuação da biblioteca pública. Com efeito, a escola não tem tido e provavelmente não terá, a curto prazo, capacidade para transmitir aos alunos os conhecimentos necessários para que eles não se sintam marginalizados da *sociedade da informação* e em desvantagem relativamente aos jovens dos outros países da UE. Isto para não citarmos os E.U.A., onde foi tomada a decisão política de, até ao ano 2 000, todas as salas de aula terem acesso à *Internet*.

A Biblioteca Pública pode servir de catalisador para que se desenvolvam sinergias entre a Escola e os fornecedores de serviços e produtos de informação multimédia -que hoje lhe são indispensáveis -acessíveis através da *Internet*. Um modelo de algum modo semelhante ao dos *cibercafés* e *ciberlivrarias* é perfeitamente adaptável às bibliotecas.

3.2. Telecomunicações

A situação no sector das telecomunicações deverá sofrer a breve trecho alterações substanciais em consequência da desregulamentação, mas é fundamental que a nível da decisão política possam criar-se sinergias que se traduzam em campanhas concretas para democratizar o acesso às *auto-estradas da informação*. O facto de o país não estar coberto em termos de pontos de acesso à *Internet* em toda a rede telefónica (com apenas 46 pontos de acesso), não deverá penalizar os utilizadores que menos acesso têm também a outras fontes de informação, quer pela distância que os separa delas quer pela qualidade das comunicações que os levariam até elas. Este era o princípio estabelecido a nível europeu quando foram criadas as redes públicas de transmissão de dados (Telepac em Portugal) mas que desapareceu quando a *Internet* invadiu a Europa.

O estudo recentemente publicado pela MaxiTell "O Mercado das Telecomunicações. Portugal 1996", ilustra bem as barreiras que este sector põe à expansão da comunicação nacional e internacional dos cidadãos, empresas e outras entidades, quer pela carência de infra-estruturas, quer pelas elevadas tarifas aplicadas, em geral 30% acima da média das praticadas nos países da OCDE e só suplantadas pelas da Turquia. O estudo refere que "*se Portugal pretende ter telecomunicações competitivas e não protegidas pelo monopólio, a PT terá que reduzir os preços praticados para o segmento profissional num máximo de 45%*". O mesmo documento faz referência a tarifas reduzidas para grandes clientes pelo que praticar tarifas privilegiadas para as *ciberbibliotecas* deveria obrigatoriamente enquadrar-se na política da PT.

3.3. Aspectos estruturais/administrativos

Actualmente a BM não tem a necessária visibilidade na estrutura orgânica da Autarquia, surgindo, na maioria dos casos, como apenas mais um dos serviços da Divisão da Cultura. Esta posição, ao nível mais baixo das estruturas organizativas dos serviços camarários, tem criado graves problemas ao funcionamento eficaz da biblioteca, nomeadamente no que respeita à sua gestão administrativa, técnica e financeira.

Paralelamente, o Bibliotecário, apesar de exercer funções de direcção, na maioria das situações não ocupa formalmente um lugar de chefia, de acordo com o enquadramento legal relativo ao pessoal dirigente da administração pública.

A BM sofre ainda o reflexo das disfunções de um sistema administrativo-financeiro ao qual as Câmaras Municipais se encontram obrigadas por disposição legal, factor esse limitativo de uma gestão menos burocrática, mais flexível e transparente das organizações.

Se esta situação representa actualmente um estrangulamento ao normal funcionamento das bibliotecas, é impensável que se mantenha num cenário em que a biblioteca pública desempenhe o papel para que apontam todos os documentos actuais sobre as suas missões e o seu futuro, provenientes da UNESCO, dos Organismos Comunitários, das instâncias profissionais ou, individualmente, dos investigadores, especialistas e "*opinion makers*" em todo o mundo desenvolvido. A reforma administrativa necessária a uma maior autonomia administrativa e financeira dos serviços continua por fazer, facto que constitui uma barreira ao bom funcionamento das instituições com vocação para prestar serviços à população, dificultando também análises de custos/benefícios que poderiam facilitar a alteração de práticas instaladas.

A utilização generalizada das tecnologias da informação nos serviços públicos, assim como uma maior participação das instituições da Administração Central e Local em projectos comunitários ou projectos nacionais envolvendo vários organismos e empresas, obrigam a alterações no domínio dos procedimentos administrativos e financeiros, muitos dos quais constituem hoje entraves quase intransponíveis à cooperação que terão que ser operadas no quadro de uma ampla reforma institucional.

3.4. Descentralização

Sem dúvida a regionalização que se anuncia, quaisquer que sejam os seus contornos, terá influência na forma como se fará a transição para a *sociedade da informação*. No entanto, é natural que o Município mantenha a sua tradicional autonomia pois o que se prevê é a transferência de poderes e responsabilidades da Administração Central para as Autoridades Regionais, continuando obviamente a definição e conduta da política nacional a caber ao Governo.

Nesta perspectiva, o novo poder regional será mais um parceiro em qualquer programa de acção que envolva os Municípios. Este é, porém, um aspecto sensível cujas consequências são difíceis de equacionar, sem que haja uma definição das regras por que se regerá a relação Governo Central/Regiões.

3.5. Informatização dos serviços autárquicos

A fim de ter uma ideia do grau de informatização das Câmaras Municipais e, portanto, do ambiente tecnológico em que estão inseridas as BM, o Grupo de Trabalho a todas enviou um questionário que teve uma taxa de resposta de 76,4% o que confirma o seu interesse pelo Projecto.

O quadro resumo dos resultados que seguidamente se apresenta a seguir permite concluir que, das 210 CM que responderam atempadamente, cerca de 90% utilizam computadores e cerca de 60% dispõem de redes locais. Relativamente ao acesso a redes externas, é surpreendente que 94 afirmem ter acesso, mas apenas 22 utilizem correio electrónico externo que é uma das utilizações básicas do acesso às redes.

A *Internet* ainda não penetrou nas CM de forma a poder ser considerada uma via de comunicação entre elas, visto que apenas 7,1% declaram ter acesso. A análise das respostas permitiu ainda verificar que das 11 CM que disponibilizam informação própria na *Internet*, nem todas têm acesso à rede.

No que respeita a recursos humanos com formação informática verifica-se que cerca de 60% têm pelo menos um operador de sistemas, embora a abundância destes técnicos nos induza a pensar que as respostas incluem, sob esta designação, pessoal que não tem formação correspondente a esta categoria da carreira informática.

Se compararmos a situação com a das bibliotecas municipais concluímos que estas não foram incluídas nos programas de informatização dos serviços das CM.

QUADRO RESUMO — INQUÉRITO ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS

Nº de Câmaras Municipais Inquiridas	275	
Respostas	210	76,4%
1. Serviços Informatizados		
1.1 Todos		
1.2 Alguns	19	9.0%
1.3 nenhuns	172	81.9%
	19	9.0%
2. Tipo e nº aproximado do equipamento		
2.1 1 a 5	60	28,2%
2.2 6 a 10	46	21.9%
2.3 mais que 10	87	41.4%
3. Redes de Computadores		
3.1 Redes locais	119	56.7%
3.2 Redes a interligarem edifícios	59	28.1%
3.3 Acesso a redes externas	94	44.8%
4. Correio Electrónico		
4.1 Interno	71	33.8%
4.2 X400	1	0.5%
4.3 Internet	16	7.6%
4.4 Outro	5	2.4%
5. Acesso à Internet		
5.1 Sim	15	7.1%
5.2 Não	195	92,9%
6. Informação na Internet		
6.1 Sim	11	5.2%
6.2 Não	199	94.8%
7. Recursos humanos na área da informática		
7.1 Técnicos Superiores	17	8.1%
7.2 Programadores	23	11.0%
7.3 Operadores de sistema	123	58.6%

3.6. Aspectos sociológicos

Há vários aspectos sociológicos que directa ou indirectamente afectam as opções a tomar em relação ao futuro das bibliotecas públicas:

- A baixa escolaridade da maioria da população aliada à herança de várias décadas de uma política que não privilegiava a cultura e a informação dos cidadãos, não favorecem os hábitos ou sequer a apetência pela leitura.

- A carência de bibliotecas escolares e determinadas práticas pedagógicas que ainda subsistem também não contribuem para o desenvolvimento de hábitos de leitura nas camadas mais jovens.
- O fascínio pelo pequeno ecrã presente na maioria dos lares portugueses, que proporciona momentos lúdicos sem a exigência de concentração da leitura, dificulta a criação de novos públicos e não estimula o interesse pelo livro.
- A ausência de livros na maioria dos lares, por razões culturais ou por o seu custo ser considerado elevado para o rendimento familiar médio, não motiva para a leitura.
- A exiguidade do espaço habitado pela maioria das famílias portuguesas, impede que os jovens tenham condições para passarem os tempos livres em casa, sós ou em grupo, levando-os a procurar outros locais de convivência e outro tipo de actividades, nem sempre as mais adequadas.
- O sistema escolar, forçando os estabelecimentos de ensino a funcionar por turnos, deixa os alunos fora das escolas grande parte do dia, sem espaços para os receber, o que não facilita o estudo, as actividades extra-curriculares e a interacção criativa dos jovens.
- Os cafés que durante gerações desempenharam uma função social importante como locais de convivência, não evoluíram de forma a atrair as novas gerações e a obter a rentabilidade necessária. Soluções alternativas de iniciativa privada não têm surgido, com algumas excepções, nomeadamente o espaço ÁGORA, recentemente inaugurado.
- A educação permanente não foi até agora seriamente equacionada entre nós, mas é sentida hoje como uma condição *sine qua non* do progresso social e, em particular, da adequação à evolução do mercado de trabalho, em todo o mundo.
- As transformações da estrutura económica do país lançaram no desemprego ou na reforma antecipada um número significativo de cidadãos. Estes desempregados de pequena ou longa duração necessitam de reconversão profissional que aumente a probabilidade de encontrar outro tipo de emprego.
- As escolas não proporcionam a utilização generalizada dos computadores aos alunos e professores, dificultando a transição para a *sociedade da informação* mesmo às novas gerações.
- O baixo rendimento médio das famílias portuguesas impede que a falta de computadores nas escolas seja suprida pela existência dessas máquinas na grande maioria dos lares portugueses.
- A evolução tecnológica, que se tem operado com velocidade vertiginosa, acentua as diferenças geracionais que sempre existiram no que diz respeito a gostos, preferências, hábitos, etc., mas que vão alargar com rapidez o espectro que caracteriza os potenciais utilizadores das bibliotecas públicas.

3.7. Os serviços da Biblioteca Pública

No âmbito da acção concertada PÚBLICA referida anteriormente e dirigida às bibliotecas públicas, os documentos de trabalho apontam para uma grande diversidade de serviços que o utilizador delas esperará no contexto da *sociedade da informação*:

- obter informação clara sobre a biblioteca propriamente dita, organização, regulamento, planta da biblioteca com a identificação do conteúdo dos diferentes espaços, etc.;
- fazer empréstimo, reserva de documentos;

- facilitar a percepção do fundo documental da biblioteca (*browsing*);
- pesquisar o catálogo da biblioteca para obter documentos específicos;
- ler, consultar, ver e/ou ouvir obras que escolheu de entre as que a biblioteca dispõe ou que seleccionou através de uma rede de serviços;
- trabalhar a informação obtida, estudando, escrevendo, seleccionando de diversas fontes, digitalizando documentos, etc.;
- divertir-se, por exemplo, com jogos de computadores, principalmente educativos;
- ter acesso à *Internet* e utilizar todo o seu potencial de informação e de comunicação, nomeadamente comunicar com outros utilizadores, debater assuntos de interesse comum, através de correio electrónico, grupos de discussão especializados, e acesso a bases de dados multimédia.

No caso português, a biblioteca pública tem ainda de considerar os aspectos referidos anteriormente, os quais esta visão não contempla, visto provir de países mais desenvolvidos, em que as populações têm um nível educacional bastante mais elevado e maior poder de compra. Mais uma vez, se salienta a necessidade de criação do gosto pela leitura nas crianças, assim como o combate ao analfabetismo funcional dos adultos.

Para poder prestar os serviços recomendados a nível europeu, é necessário criar as seguintes condições:

- toda a informação tem de estar integrada, ou seja, deverá existir um sistema no qual seja possível identificar os documentos que a biblioteca possui, seleccionar o que interessa em cada caso, visualizar a sua localização na biblioteca e solicitar o empréstimo, se for caso disso;
- a informação tem de apresentar-se de forma lógica e agradável e a interface com o utilizador tem de ser concebida de modo a torná-la adequada, compreensível e atractiva;
- o público em geral deve ter a possibilidade de aceder à biblioteca, através da rede de telecomunicações, a partir do emprego, da escola, de outras bibliotecas e mesmo de casa (de particular importância para os deficientes com dificuldade de deslocação);
- os utilizadores devem dispor de espaços de trabalho onde possam servir-se de computadores e outro equipamento electrónico.

4. ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA REDE DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Tendo em conta as desigualdades existentes a nível de Autarquias e de regiões não se deve aplicar a mesma receita em todos os casos. Assim, podem definir-se três grupos de Municípios caracterizados por situações diferentes:

- a. Têm Bibliotecas integradas na RLP (instaladas de raiz ou em desenvolvimento), num total de 124 (40%).
- b. Dispõem de uma biblioteca Gulbenkian, ou Municipal ou outra, que não foi ainda apoiada pelo PRLP – embora, na sua maioria, se tenham candidatado a esse apoio - num total de 62.
- c. Não dispõem de qualquer biblioteca digna desse nome. De acordo com os dados disponibilizados pelo serviço responsável pelo PRLP, este grupo abrange 89 Municípios.

Estes dados referem-se apenas ao continente, visto que os Municípios dos Açores e da Madeira não foram abrangidos pela RLP. No entanto, considerando que a exclusão das Regiões Autónomas não é defensável, há que estudar a sua realidade específica afim de as integrar no Projecto.

Qualquer plano de acção a desenvolver tem necessariamente que cobrir, simultaneamente, os três grupos identificados, sob pena de acentuar as diferenças existentes e de impedir as populações marginalizadas pelo desenvolvimento industrial, de progredir na utilização das tecnologias, por não ter sequer acesso a elas.

Por outro lado, é ainda necessário combater o comportamento manifestamente individualista das BM, que impede a cooperação e dificulta qualquer tentativa de funcionamento em rede.

Nesta perspectiva, propomos um plano estruturado em quatro linhas de acção distintas e cinco medidas, de acompanhamento à semelhança dos programas da CE:

Linha de acção A — Abertura de candidaturas a CM não apoiadas anteriormente para financiamento: a 30% da construção/adaptação do edifício da biblioteca; a 60% para apetrechamento incluindo fundo documental, mobiliário, rede local de computadores para uso do pessoal da biblioteca e para uso dos utilizadores; a 100% do software multimédia de gestão integrada dos serviços e, durante dois anos, do acesso à *Internet* para o pessoal e os utilizadores.

Linha de acção B — Abertura de candidaturas para financiamento a 30% de pequenos melhoramentos nas instalações da biblioteca existente e criação ou adaptação de um espaço para as novas tecnologias, não necessariamente no edifício da biblioteca mas telematicamente ligado a ela; a 60% para a rede local de computadores na biblioteca e na "*ciberbiblioteca*" e interligação destas, se fisicamente situadas em edifícios distintos; a 100% do software multimédia de gestão integrada dos serviços e, durante dois anos, do acesso à *Internet* para o pessoal e os utilizadores.

Linha de acção C — Abertura de candidaturas para criação de "*ciberbibliotecas*" constituindo pólos geograficamente separados com financiamento a 60% da rede local de computadores e interligação com a biblioteca já existente; a 100% do software multimédia de gestão integrada dos serviços e, durante dois anos, do acesso à *Internet* para o pessoal e os utilizadores.

Linha de acção D — Abertura de candidaturas para financiamento de pequenos projectos de novos serviços e/ou produtos a serem desenvolvidos por associações de pelo menos três bibliotecas de concelhos diferentes. Estes projectos seriam financiados a 80% e teriam também uma finalidade pedagógica ao aplicar nestes concursos regras semelhantes às impostas pelos concursos europeus; em particular teriam de utilizar tecnologia multimédia e permitir a utilização à distância dos produtos ou serviços delas resultantes.

Medida de acompanhamento 1 — FORMAÇÃO

Programa escalonado de formação sobre a utilização de tecnologias multimédia, adequado às responsabilidades respectivas dos Bibliotecários e demais pessoal das Bibliotecas Públicas abrangidas pelos concursos de qualquer das linhas de acção. A formação deverá cobrir familiarização com computadores, escritório electrónico, gestão integrada de bibliotecas em rede, aplicações, etc., de modo a que a biblioteca tire real partido da tecnologia que lhe é posta à disposição e saiba resolver os pequenos problemas que surgem na utilização do material, sem ter de recorrer ao apoio de técnicos informáticos à mais pequena anomalia.

No caso de candidaturas à criação de "*ciberbibliotecas*", mesmo em pólos geograficamente separados da biblioteca municipal, por exemplo noutra freguesia, deve exigir-se formação adequada ao Bibliotecário afecto a esse pólo.

Medida de acompanhamento 2 — DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

- Aquisição de software multimédia de gestão integrada a instalar nas Bibliotecas Públicas apoiadas ao abrigo das linhas de acção.
- Criação na *Internet* de páginas das bibliotecas apoiadas, com vista à futura ligação dos

respectivos catálogos a essas *homepages* -permitindo as mesmas funções que a qualquer utilizador que se sirva localmente do sistema - que venham a ser criadas pelas bibliotecas.

- Concepção do cartão magnético do utilizador que dê acesso a serviços não só de empréstimo e de mensagens mas também de ligação a outros que eventualmente envolvam custos.

Medida de acompanhamento 3 — AUTONOMIA

Catalizar a urgente alteração da estrutura administrativa e financeira das Câmaras, a fim de tornar também viável uma maior autonomia das BM, e uma nova estrutura de orçamento que abra caminho a que as receitas resultantes da prestação de serviços (produtos resultantes de projectos comunitários, serviços de valor acrescentado, actividades de formação em colaboração com outras entidades, organização de seminários, etc.) revertam para as BM.

Medida de acompanhamento 4 —TELECOMUNICAÇÕES

Negociações com os operadores de tarifas preferenciais para as Bibliotecas Públicas
Atendendo a que a Telepac tem apoiado iniciativas de vulgarização do acesso à *Internet* decerto não será difícil conseguir o seu apoio para a criação de condições de viabilidade das "*ciberbibliotecas*". Afinal, isso será um investimento que se traduzirá numa maior motivação dos utilizadores para este tipo de serviço.

Medida de acompanhamento 5 — CONSÓRCIO

Apoio jurídico e logístico para a criação de um consórcio de Bibliotecas Públicas - à semelhança das associações criadas para outros fins específicos de carácter intermunicipal -que progressivamente assuma a gestão da rede do ponto de vista técnico e financeiro e a represente em instâncias nacionais e internacionais. Este consórcio será o parceiro ideal para futuras discussões com as Autarquias individualmente, as regiões, o poder central, a Comissão Europeia, tendo de ter para isso estatuto perfeitamente definido e regras de funcionamento aceites pelas bibliotecas que representar. Esta iniciativa irá estimular e regulamentar a indispensável cooperação entre bibliotecas de diversos concelhos.

5. O INSTITUTO PORTUGUÊS DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS (IPLB)

O novo Programa da Rede de Bibliotecas Públicas será apenas uma das actividades do IPLB mas mobilizará um conjunto considerável de recursos humanos e materiais.

Na perspectiva dos autores deste relatório, caberá ao IPLB assegurar a coordenação e execução de uma política nacional de desenvolvimento desta rede de bibliotecas, que garanta o acesso à informação de interesse para os cidadãos enquanto membros da comunidade. Esta rede deverá desempenhar um papel significativo na passagem à *sociedade da informação* através do fomento da utilização de novos produtos e serviços veiculados pelas *auto-estradas da informação* e da promoção das mudanças tecnológicas que afectarão o dia a dia dos cidadãos, abrindo novas perspectivas de comunicação e de intervenção social, cultural, profissional ou lúdica.

No contexto do desenvolvimento da Rede de Bibliotecas Públicas (RBP), tem o Instituto um papel importante a desempenhar no que respeita à cooperação internacional em geral e no âmbito da Zona Económica Europeia, em particular.

É fundamental que o Instituto participe activamente nas reuniões, seminários e conferências onde se discutam aspectos políticos, culturais, técnicos e de mercado dos serviços de informação e da evolução para a *sociedade da informação*, a fim de poder propor políticas, programas e projectos que garantam uma plena participação das bibliotecas na Europa do futuro. Por outro lado, é

igualmente fundamental a nossa ligação com os outros Países de Língua Portuguesa, em particular os africanos, relativamente aos quais urge fazer face às tentativas de substituir a influência da língua e da cultura portuguesas. O *know-how* adquirido no desenvolvimento do PRBP cria condições para linhas de cooperação nesse âmbito.

5.1. Atribuições

Independentemente da sua estrutura orgânica, consideramos que ao novo Instituto deverá ser cometido o conjunto de atribuições que seguidamente enumeramos, sem qualquer intuito de hierarquização.

- Promover ou realizar estudos de carácter sociológico e de apoio técnico, económico-financeiro e jurídico necessários ao desenvolvimento da actividade do IPLB;
- Conceber e propor formas de articulação e de ligação funcional com outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, com interesse nesta área, para o acesso, recolha, tratamento, conservação e difusão da informação necessária ao funcionamento do IPLB estabelecendo, nomeadamente, convénios ou outros instrumentos adequados para este fim;
- Proceder à avaliação da evolução das bibliotecas públicas e do impacto das medidas de política já executadas, através de formas adequadas de diagnóstico;
- Desenvolver acções de sensibilização da população e das entidades que devem intervir no desenvolvimento da rede de bibliotecas públicas, a nível local, regional e nacional;
- Desenvolver metodologias, nos planos técnico e normativo que possibilitem a cooperação e o desenvolvimento coerente da rede de bibliotecas públicas, e planear e executar medidas de intervenção global ou específica em seu benefício;
- Estudar e propor formas de cooperação com outras entidades públicas ou privadas que possam apoiar financeiramente a rede de bibliotecas públicas, designadamente pela preparação de programas de incentivos às Autarquias para criação e desenvolvimento de redes concelhias de bibliotecas;
- Estudar e propor acções no contexto dos programas europeus que estimulem a cooperação entre bibliotecas a nível internacional e propor formas de cooperação com os países de língua oficial portuguesa que permitam valorizar a língua e a cultura portuguesas;
- Estudar e executar medidas integradas de intervenção junto do mercado editorial e das bibliotecas, tendo em vista a rendibilidade dos investimentos de ambos sectores nas novas tecnologias, designadamente pela promoção ou participação em iniciativas conducentes à digitalização e disponibilização de bibliografia de autores portugueses caídos no domínio público ou de outros temas de especial interesse a nível local, regional ou nacional;
- Promover o conhecimento sobre a problemática dos Direitos de Autor e as suas implicações na actividade das bibliotecas;
- Conceber, coordenar e dinamizar as políticas conducentes à utilização, de modo integrado e flexível, das Tecnologias da Informação e Comunicação nas Bibliotecas Públicas, de forma a proporcionar o acesso a fontes de informação diversificadas e a disponibilização

dos conteúdos informativos das bibliotecas ao grande público;

- Promover programas de formação e actualização dos recursos humanos das Bibliotecas Públicas.

5.2. Recomendações finais

Conscientes de que a exequibilidade de algumas das propostas constantes deste estudo poderá não ser imediata por carecerem de uma análise mais aprofundada e sobretudo da colaboração e concordância de diferentes entidades, consideramos dever salientar algumas recomendações, de âmbito, nível e importância muito diversas, que poderão ser concretizadas a mais curto prazo:

- Rever o programa-tipo a fim de introduzir requisitos coerentes com os objectivos agora traçados, relativamente a espaços, colecções, serviços e pessoal.
- Introduzir, já nos contratos-programa a estabelecer com as Câmaras Municipais seleccionadas em 1995, as alterações que se revelem desejáveis.
- Condicionar a concessão de novos apoios às actuais BM da RLP ao cumprimento dos critérios mínimos de funcionamento, estabelecidos ou a estabelecer.
- Garantir, a partir de agora, o cumprimento dos compromissos assumidos, nomeadamente através do pagamento das participações contra apresentação de facturas pagas.
- Dar prioridade ao programa de informatização das bibliotecas, a incluir desde o início na celebração dos contratos-programa, e ao alargamento da RILP, promovendo a aquisição conjunta de sistemas de gestão integrada.
- Proporcionar o acesso à *Internet*, negociando com os operadores de telecomunicações tarifas privilegiadas para as bibliotecas públicas.
- Não aceitar candidaturas de CM que não tenham um Bibliotecário, desde logo na equipa de projecto, e que integre o quadro de pessoal a partir do momento da assinatura do contrato-programa.
- Solicitar nas futuras candidaturas um estudo preliminar sobre a rede concelhia de bibliotecas que inclua, para além de uma estrutura central, soluções diversificadas (anexos, bibliotecas itinerantes, quiosques/pontos de acesso à rede, etc.) que garantam o acesso do conjunto da população do concelho aos respectivos serviços.
- Envolver a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, enquanto estrutura representativa das Autarquias, no processo de decisão sobre as candidaturas a apresentar futuramente.
- Aperfeiçoar os mecanismos de consulta e apoio ao Programa, por parte de serviços desconcentrados - até agora consubstanciados no Despacho SEALOT/SEC, de 24/09/87 - cuja intervenção se revelou muito importante no terreno.
- Estudar a possibilidade de PIDDAC plurianual para os contratos-programa, o que possibilitaria planear mais eficazmente a transferência de verbas durante anos sucessivos, até à finalização dos respectivos projectos.
- Promover em articulação com as instâncias competentes, a reestruturação da formação

dos Bibliotecários, e continuar a dar apoio à especialização e reciclagem desses quadros que, tal como os Técnicos-Adjuntos, são necessários em muito maior número ao serviço das BP.

- Estudar conjuntamente e negociar a integração da formação contínua do pessoal das BP nos planos de formação anual a que as Autarquias se encontram legalmente obrigadas.
- Dar continuidade, ou se for caso disso iniciar, a colaboração com a Biblioteca Nacional, Bibliotecas Escolares e Bibliotecas Universitárias, por um lado, e por outro, com o mundo editorial, das empresas de telemática, de multimédia, etc., em programas de interesse comum.
- Acompanhar o processo de regionalização de modo a garantir que sejam respeitados os princípios básicos que orientam a criação e o desenvolvimento da BP.

Proceder ao estudo de um instrumento legislativo (Lei ou Carta das Bibliotecas Públicas) que defina genericamente os objectivos e as grandes linhas orientadoras para as BP no nosso país, no quadro de uma estratégia nacional para a *sociedade da informação*.

Lisboa, 18 de Março de 1996

BIBLIOGRAFIA

BATT, Chris — *The Library of the future: Public Libraries and the Internet*. **61st IFLA General Conference: Conference Proceedings** (1995) (paper).

BERTRAND, Anne-Marie — *Les bibliothèques municipales*. Paris: Éditions du Cercle de Librairie, 1994.

LAWTON, Trevis — *The role of the Public Libraries in an Information Society*. **Aplis**. 4 (4) (Dec. 1991) págs. 214 – 217.

MARTINS, João Maria de Oliveira; SILVA, João Luis Tavares — *O Mercado das Telecomunicações: Portugal 1996*. Lisboa: Maxitel, 1996.

PLANNING MEETING OF PUBLICA, 1, Luxembourg, 1995 — **The concerted action for libraries**. Luxembourg: Libraries Programme, 1995. (working document).

Review of the public library service in England and Wales for the Department of National Heritage: Final Report. [s.l.]: Aslib, 1995. ISBN 0 85142 3531.

SCHUBERT, Joseph F. — *What is the role of the public library?*. **Rural libraries**. 2, (1992) pág. 3.